

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO: Reunião extraordinária	Nº: 0595/00	DATA: 30/05/2000
INÍCIO: 10h07min	TÉRMINO: 10h45min	DURAÇÃO: 37min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 38min	PÁGINAS: 16	QUARTOS: 8
SUPERVISÃO: NEUSINHA		
CONCATENAÇÃO: NEUSINHA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação do relatório do Deputado Ney Lopes.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.

Há palavra ininteligível.

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 63^a reunião extraordinária desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 62^a reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura. (*Pausa.*) Vou mandar fazer a leitura da ata, se ninguém pedir a dispensa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Nelson Marchezan) - Tendo em vista a pedida de dispensa pelo Sr. Relator, a ata está em discussão. (*Pausa.*) Como ninguém quer discuti-la, a ata está em votação. Os que a aprovarem, permaneçam como se encontram (*Pausa.*). Aprovada. Esta Comissão recebeu 48 documentos, cuja lista descritiva está sendo distribuída aos Srs. Deputados. Informo que esses documentos estão à disposição de V.Exas., para consulta junto à secretaria, podendo ser requeridas cópia daqueles que não sejam sigilosos. E agora mesmo acabo de receber algumas informações da Secretaria da Receita Federal, que também estão à disposição dos Srs. Deputados. Esta reunião foi convocada para a continuação da discussão do relatório. Cópias do relatório encontram-se à disposição e eu abro, então, a reunião colocando a palavra à disposição dos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, eu gostaria apenas, começando a discussão, de informar ao Plenário que ontem apreciamos conjuntamente uma proposta de V.Exa., que não é nada terminativa. Foi uma proposta concreta que V.Exa. trouxe, na linha de alteração da sistemática atual, no que se refere a monitoramento, acompanhamento, fiscalização, controle de preços de remédios. Chegamos a um acordo, e isso não quer dizer que não estejamos aqui agora esperando as outras propostas. Na sexta-feira passada, conversei longamente e publicamente com o Deputado Arlindo Chinaglia, absorvi praticamente todas as suas recomendações, salvo no que se refere ao controle **stricto sensu**, que na hora estabelecemos algumas diferenças, e ficamos para posteriormente um novo diálogo. E eu tenho a impressão, Sr. Presidente, que a grande discussão que existe nessa rota final é esse problema do controle, ou do monitoramento, ou do acompanhamento. Eu não vejo outra controvérsia de maior peso em discussão, salvo se trouxerem aqui ao debate. Eu só vejo essa, e a partir dela, eu gostaria, então, de que se pudesse conversar alguma coisa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente,...

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado. Eu não sei, e até gostaria aqui de saber a opinião dos demais pares desta Comissão. Eu acabei de receber agora aquelas que são as propostas do Deputado Marchezan, o Presidente da CPI, mas que eu ainda não tive a oportunidade de ler. E o Sr. Relator acabou de informar que foi feito aí tratativas e, portanto, eu não sei também o que é que foi incorporado ou não, tanto da proposta do Deputado Nelson Marchezan, quanto propostas de outros Parlamentares, inclusive, aquelas de...., das que eu propus, aquelas que tenham sido aceitas.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Deputado Chinaglia, eu vou me permitir ler um projeto de recomendações, que resume essa proposta do Deputado Marchezan. Tenho a impressão que esse texto aqui é mais claro e facilita mais o entendimento do que o enunciado que V.Exa. tem em mãos, que eu tive também. Então, a idéia era o seguinte...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Deputado Ney, eu tô com outra idéia. Assim, acho que a leitura vai ajudar, mas eu quero dizer com franqueza que, do ponto..., eu, particularmente, tenho uma certa dificuldade, e assim, aquilo que foram mudanças que V.Exa. produziu no relatório, se nós pudéssemos ter acesso, bem como aquilo que é um documento preparado por alguns partidos de Oposição, porque eu, sinceramente, eu tô com a avaliação, neste momento, de que talvez coubesse uma leitura mais acurada, o que não exclui o debate. Eu digo, da minha parte, eu gostaria de ler até pra que, mais pro final desta sessão da manhã, ou até mesmo na parte da tarde, tendo um debate pelo meio, ou não, sei lá, pra que a gente pudesse fazer eventuais acertos finais, enfim. Mas eu quero ouvir aí.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Ó Deputado Chinaglia, nós concordamos aqui por acordo, ficou em ata, que, até a hora de votar, nós podemos introduzir alterações, a título de anexo, de adendo, que se votaria e depois seria incorporado ao texto. Isso todos concordaram como uma forma democrática do debate...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É verdade.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ... na última sessão, reunião. Segundo, a única coisa que foi objeto de um texto que entraria, entrará no meu relatório, como recomendação, foi essa proposta do Deputado Marchezan; porque aqueles outros itens que eu conversei com V.Exa. na quinta-feira, não foi... pela manhã, já estão na

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

redação aí que V.Exa. tem em mãos. Já estão... Dr. Geraldo, aqueles outros itens estão incorporados, não estão? A assessoria... eu autorizei, estão todos nesse... V.Exa. pode, nisso daí... Já estão incorporados, salvo a parte do controle. Agora, a única coisa nova que tem, ou duas coisas que o Deputado Marchezan trouxe, primeiro, foi uma referência que S.Exa. recomendou que se faça ao problema da investigação sobre produtos agropecuários que nós terminamos aqui sem veterinários. Nós não fizemos nenhuma investigação nessa área embora estive no objeto da Comissão, e o Deputado Marchezan propõe que as denúncias, as informações que chegarem nós a remetamos à Comissão de Agricultura, para que não haja uma omissão nesse particular. Então, isso é uma coisa mais formal que eu acolhi e recomendei que fosse feita nova redação. E com relação ao sistema de controle de preço, uma nova sistemática, numa questão de preço do medicamento, é o seguinte o que resultou da minha conversa com o Deputado Marchezan. Primeiro, recomendação ao Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu gostaria, se o Relator me permitir, tendo em vista que ninguém, ninguém leu ainda as sugestões, eu gostaria de dizer que essa sugestão, eu estou distribuindo cópia aí, e além... A sugestão se baseia basicamente, a idéia é a seguinte: tendo em vista que não produziu os resultados desejados o controle da Secretaria de Acompanhamento Econômico e da SDE, em matéria de medicamentos, passar essas atribuições integralmente para a Agência de Vigilância Sanitária. E a ele caberia exercer, nos termos da proposta, toda a fiscalização e inclusive o registro por critérios econômicos das matérias que estivessem... dos medicamentos que fossem registrados. Ou seja, esses medicamentos, eles teriam registro também econômico quando se fizesse o registro pra permitir e na sua renovação. Há uma sugestão de que eu dava, nesta idéia, o poder pra agência de rejeitar um registro de um medicamento quando este medicamento estivesse com preço considerado acima por qualquer razão. O Relator contrapropôs dizendo que esse direito de negar o registro só quando houvesse maquiagem do produto. E que no caso do preço ser alto, considerado alto pela Agência de Vigilância, poderia haver o recurso, de pleno, imediato, entendeu, ao CADE. E o CADE ficaria como órgão julgador, quer dizer, tirar-se-ia totalmente a SDE e a SEAE. Como o Relator já havia concordado, a pedido de outros Srs. Deputados, em tirar aquele órgão de concorrência, e tudo o mais, me pareceu claro que era absolutamente necessário entrar com essa

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

proposta, que seria a instituição do poder regulador. Nós estamos fazendo o poder regulador, não estamos fazendo nem o congelamento, nem o tabelamento, mas estamos tendo poder regulador. E estou propondo, junto com essa proposta, três projetos de lei, onde a gente estabelece providências, três projetos de lei da CPI, entendeu? O primeiro é que modifica a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que diz o seguinte: "*§ 7º - Na caracterização de preço excessivo ou aumento injustificado, levar-se-á em conta: I - sua compatibilidade com os custos dos insumos ou a introdução de melhorias na qualidade; II - o preço do produto anterior, no caso de modificações introduzidas no medicamento; III - o preço do medicamento semelhante comercializado; IV - os indícios de acordo entre empresas, na fixação ou majoração de preço.*" Nada disso tinha na lei, nada disso existia que pudesse caracterizar e pudesse se apitar uma infração ou fracionar o preço. O art. 8º diz: "*O registro de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos fica sujeito, além do atendimento das exigências próprias, à verificação dos seguintes aspectos: o preço do mesmo produto praticado em outros países; o valor da compra dos insumos; o preço fixado inicialmente para comercialização; IV - o preço do produto anterior, quando o novo resultar de modificação; V - o preço do produto semelhante disponível no mercado; VI - o preço do produto no mercado interno, no caso de renovação de registro.*" Então, essa é uma modificação, no meu entender, profunda, capaz de caracterizar e de dar ao poder público poderes claros de, digamos assim, punir preços abusivos. Depois, há um projeto de lei também da CPI, a segunda proposta, que diz o seguinte: "*Dispõe sobre a caracterização de mercado relevante no setor de produtos farmacêuticos de linha humana e veterinária,*" etc, etc. Por quê? Eu peço ao Padre Linhares que não faça concorrência a esse pobre falador aqui, entendeu? Não, V.Exa. que perdoa a nós todos, sacerdote que é, quem sou eu para perdoar V.Exa? Eu sou seu sacristão. (Riso.)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Perdoa e condena também, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu acho importantíssimo esse projeto, porque nós temos na lei, nas leis que regulam o CADE e tudo, uma referência ao mercado relevante, mas nunca foi aplicado, nunca foi definido. E nós estamos tentando definir aqui nesse projeto de lei, são... porque eu queria chamar atenção, queria que esse projeto fosse incluído no relatório da Comissão como projeto desta Comissão, entendeu, para caracterizar o que é

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

mercado relevante, entendeu, e poder por isso mesmo, não é, estabelecer como será feita essa caracterização, as formas e tudo o mais. E o terceiro projeto que nós estamos propondo é também uma alteração, mas outra alteração, na Lei 9.782, que dá uma série de atribuições à Agência de Vigilância Sanitária. Nós só não fazemos aqui a transferência desses poderes para a Agência de Vigilância Sanitária porque esta modificação de atribuição de órgão do Poder Executivo é uma atribuição que se dá por iniciativa do Poder Executivo. O Poder Legislativo não pode fazer. Então, nós temos de ficar na recomendação e tudo o mais, e aí o problema será do Poder Executivo. Ou o Poder Executivo aceita a conclusão da CPI e a põe em vigor através de uma medida provisória, através de projeto de proposta de lei, ou então ele vai dizer porque que não fará e que providência vai adotar. Porque o que ficou caracterizado ao longo desta CPI é que não há nos órgãos do Governo dispositivos ou decisão de punir. Me dá a impressão de que aqui no Brasil os laboratórios têm a parte boa, a parte ruim ficou lá fora, lá eles são punidos. E há também aqui uma, um dispositivo que estabelece que a multa não é mais cem UFIR ou mil UFIR ou dez mil ou cem mil UFIR, mas é pelo valor da vantagem auferida, porque isso vai punir. Quer dizer, se um laboratório ganhou 1 bilhão por uma mentira que fez, ele vai ser punido por este valor, entendeu? Então, ele vai ser desestimulado a praticar. Essa é uma punição que tem que vigorar, senão não tem valor nenhum, ele faz um cálculo, a punição é cem mil UFIR, ele vai ganhar 1 milhão de UFIR, quer dizer, o negócio vale. Então, é preciso que a punição seja pela vantagem que ele auferiu pela má informação, pela fraude que ele cometeu e que lhe deu a vantagem. Então, eu pediria muito, tenho contado com a excelente boa vontade do Relator sobre a matéria, mas é uma matéria que está em estudo pela Comissão, não é simplesmente ,o que me agrada muito, a aceitação do Relator, mas eu quero que ela seja aceita pela Comissão também. Por isso, eu queria que os Srs. Parlamentares, entendeu, porque é um conjunto de medidas que não é incompleto, mas é que eu achei que seguramente seria uma decorrência normal daquilo que nós constatamos, uma providência para que aquilo que nós constatamos não se repita nesse campo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Primeiro, quero salientar que vários aspectos tanto de preocupações quanto de proposta de V.Exas. me

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

pareceram boas propostas. Eu fui informado por um dos assessores, Dr. Geraldo, Dr. Luchesi, que aquelas que são sugestões e que foram incorporadas, elas estão distribuídas ao longo do parecer do Relator e, portanto, não vai ser fácil aqui, enquanto a gente discute, folhear e encontrar. E ao mesmo tempo, tem as propostas agora que o Presidente sintetizou e que eu, pessoalmente, gostaria também de dar uma analisada, ainda que, evidentemente, é uma função de todos nós. Eu quero fazer uma sugestão de encaminhamento, se não, sem prejuízo aí de outras propostas: que nós suspendêssemos essa reunião e retomássemos, quem sabe, uma hora mais cedo do horário previsto pra parte da tarde, para que, não sei é possível ou não, nem sei se é necessário, mas o que de fato me moveria é que agora, digamos, eu necessitaria, pessoalmente, talvez outros Parlamentares não, mas dar uma lida para ver em que... como que está o relatório após as mudanças e entender melhor as propostas que estão surgindo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputado Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu faria um apelo a V.Exa., que além do debate, nós temos problema operacional também.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sim.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Os assessores, por mais eficientes que sejam, precisam redigir, precisam copiar, precisam distribuir. Nós temos Ordem do Dia chegando, nós tínhamos que chegar à tarde na hora de proceder àquilo que é o sentido da reunião da tarde. Agora pela manhã, nós estamos com tempo disponível. Não há nenhuma novidade no que está sendo proposto, são temas que V.Exa. com muito brilhantismo discutiu aqui durante seis meses. Quer dizer, nós podemos detalhar até em diálogos paralelos essa proposta do Deputado Marchezan, que é a única que está em debate, eu não... Se V.Exa. tem alguma outra a se contrapor, é muito fácil, é dizer: eu penso assim, no que é que se opõe com essa proposta. Porque...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não é nem essa a intenção. É aquilo exatamente que dissemos, tem aqui, eu quero ver no relatório de V.Exa. quais são as mudanças que foram incorporadas, como é que ele foi... como tá a redação final, até porque, deixa eu falar aqui claramente, Sr. Relator e Sr. Presidente, vem sendo elaborado por alguns partidos de Oposição o voto em

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

separado. E, portanto, nós não queremos — isso não é uma vendeta, né —, nós queremos analisar, pra ver se... em que medida que vale esse voto em separado ou até não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Agora, eu lastimo, Sr. Deputado Chinaglia, que esse voto em separado até hoje, pela primeira vez, me disse aqui a Mesa da Câmara, uma CPI tem três semanas de discussão do relatório. Relatório de CPI é apresentado num dia, discutido e votado. Três semanas. Eu implorei aqui à Oposição inclusive, ao Deputado Collares, falou nesse voto separado, que trouxesse para debate. Mas parece que é um mistério, é um voto em separado que tem que ser em separado mesmo, quer dizer, é uma vocação caudilhesca, não aceita debate, não aceita se tentar compor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas acabamos de dizer, Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu comprehendo, eu comprehendo, é uma estratégia... Aqui

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não sei a quem V.Exa. se refere a vocação caudilhesca. Mas veja, eu acabei de dizer pra V.Exa., mas que, nós estamos analisando e queremos ver o seu parecer final, exatamente o que eu disse claramente, se cabe ou não o voto em separado. Então, não fique tão, não fique tão...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas onde está o voto em separado, para nós discutirmos?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu falei que está em elaboração.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Ainda?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ainda.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu gostaria, Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Três me pediram para falar: o Padre Linhares, a Deputada Vanessa, o Deputado Magela, entendeu? Então. V.Exa. quer usar logo a palavra, Padre Linhares? Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, nobre Relator, meus estimadíssimos colegas, companheiros dessa nossa grande luta, eu comecei a perceber que a proposta do Sr. Presidente, ela, de certo modo, vem ao encontro

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

daquilo que eu chamo "a pontuação da atitude desta nossa Comissão". Eu tive — e o nosso nobre Relator acolheu, quando das nossas propostas aos insumos —, nós dizíamos sempre que quando do registro de um medicamento perante a Agência Nacional, que sempre fosse acompanhado do preço e o preço fosse acompanhado, durante um período relativamente grande, porque, senão, nós iríamos ter o que nós chamaríamos desvio de padrão, desvio de valores. Então, eu vejo que ela está, se encontra perfeitamente contemplada. Nós até criamos uma sugestão que era a criação de uma denominação comum brasileira para medicamentos, para equipamentos e para outros insumos. Hoje, eu tô vendo aqui, consubstanciada aqui nas três propostas, algo bem concreto. Acho que nós temos que partir, para que nós não percamos simplesmente em sugestões etéreas, porque nós sabemos que, quando essa Comissão encerrar, as sugestões poderão não ter mais a eficácia. Então, essa eficácia aqui, amarrando detalhes — e eu acredito que o nosso Relator vai acolhê-las, como sempre o fez —, então, nós estaríamos, digamos assim, afunilando posturas e posições desta Comissão bem objetivas. Se, porventura, os órgãos competentes não assumirem, aí é que eu gostaria de deixar, como recomendação final, que nós pudéssemos permanecer ativando essas resoluções que nós estamos tomando aqui para que elas não venham cair no vácuo, como aconteceu no passado, né? Então, isto eu acho muito relevante, essas três sugestões concretas, objetivas, do Marchezan. Se elas pudessem ser incorporadas, que, por sinal, elas se encontram, de certo modo, já um tanto quanto aqui no nosso projeto, nas nossas sugestões a serem incorporadas; então, essas sugestões, eu as penso de uma eficácia e de uma validade quase de imediato. Então, eu queria parabenizar o Presidente e dizer pra ele e ao Relator que nós estamos absolutamente de acordo e precisando que isso seja incrementado o quanto antes. E não deixarmos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária sem a obrigação de priorizar, priorizar, como tá dito aqui; e o fato desses equipamentos e insumos estarem registrados junto a esses órgãos de vigilância sanitária dos países fabricantes, porque, senão, nós não vamos ter o que nós, aqui na nossa apresentação, chamamos de fator moderador. Fator moderador dos preços seria uma comparação com os mesmos produtos feitos em território fora do Brasil. Parabéns ao Presidente e parabéns ao Relator em, em objetivar, eu chamaria, conclusões bastante objetivas.

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., Deputado Linhares. Tem a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, nobre Deputado Ney Lopes, Relator, Deputado Chinaglia, eu gostaria de reforçar um encaminhamento feito há alguns instantes pelo Deputado Chinaglia. Apenas acrescentaria ao encaminhamento do Deputado a necessidade de que, de uma forma sucinta, o Relator pudesse ter um espaço durante esse período, desde já, pra expor as modificações constantes do relatório que foi distribuído na semana passada para o relatório que está sendo distribuído agora no dia de hoje. Acho que, após essa exposição que o nobre Relator poderia fazer de forma sintética, mostrando e nos indicando aonde ocorreram as modificações, poderíamos suspender, suspender a reunião por um determinado período e retomá-la uma hora ou duas horas, antes do período das quatorze horas previstos, para, aí, sim, passar à discussão, avaliação e votação do relatório. Em relação ao voto em separado, eu quero dizer que as propostas, nobre Deputado Relator Ney Lopes, que dele consta, não há nenhuma novidade, nenhuma novidade. Todas elas foram expostas pelos Deputados que compõem o Bloco da Oposição nessa Comissão. O Deputado Arlindo Chinaglia não apenas em reunião, mas em conversa com V.Exa., detalhou a proposta que estamos trabalhando sobre controle de preços. Eu procurei detalhar a proposta que estamos apresentando em relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. apresentou... em que sessão aqui na Comissão?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Apresentamos em nosso, em nosso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, qual foi a proposta?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... em nossas intervenções ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não qual foi? Quando foi?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em nossas intervenções, em várias, em várias reuniões ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Particularmente, nas duas últimas.

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Naquelas reuniões que alguns Deputados consideravam inúteis, é?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, particularmente nas ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... duas últimas, nobre Presidente, inclusive o Relator foi muito, muito eficaz na anotação da matéria — não só o Relator, mas a assessoria da CPI —, porque eu fui procurada pela assessoria da CPI por diversas vezes para repetir as propostas que tínhamos, por exemplo, em relação a superfaturamento e a preço de transferência. Então, não há nenhuma novidade. Se há demora na entrega, é porque o relatório muda, ele muda muito. O relatório mudou. O pré-relatório, por sua vez, nós estamos recebendo agora que modifica. Então, obviamente, no nosso voto em separado, constam as nossas observações políticas, técnicas, em relação à condução dos trabalhos da CPI, mas constam as nossas propostas também. E, aí, Sr. Presidente, nós estamos levantando um aspecto sobre a política nacional de medicamentos, abordando questão de laboratórios oficiais, política industrial, propaganda de medicamentos, medicamentos genéricos, entre outros. E temos propostas muito divergentes, Sr. Presidente, nesse aspecto. Então, é por isso que nós gostaríamos de conhecer as mudanças operadas neste relatório entregue de hoje, pra avaliar o material, a nossa produção, e, em seguida ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputada Vanessa, V.Exa....

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...entregá-lo a V.Exa., protocolar junto à Secretaria da ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... Vanessa, Deputada Vanessa, eu vou fazer uma proposta, Deputada Vanessa. Eu também acho que V.Exa. tem toda a razão em propor um prazo pro Relator apresentar as conclusões, porque o contexto é um relatório. Agora, eu tenho a mesma curiosidade em ouvir a proposta de V.Exa., o voto em separado, antes, porque pode ser que o Relator aceite e absorva esse voto em separado (*ininteligível*). V.Exa. não quer... quer mesmo ter um voto em separado? Por isso, tenho curiosidade, acho que todo mundo tem curiosidade de conhecer as propostas de V.Exa..

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A curiosidade não cabe, Sr. Presidente.

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cabe, sim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - As nossas propostas são públicas. São todas públicas, são todas públicas. É controle de preços, é uma metodologia diferente em relação à verificação de superfaturamento e preços de transferência, é uma crítica dura à falta de, à falta de operação do Governo diante da política nacional de medicamentos, coisa que não consta no relatório. Não há, portanto, Sr Presidente, nenhuma novidade nas propostas contidas em nosso voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Então, o Deputado Magela. Depois, a gente decide. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero... Inicialmente eu tinha pedido a palavra pra polemizar com o nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ainda tá em tempo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas acabou que o assunto se desviou. Nós temos, de fato, uma proposta de voto em separado já preparada que eu, particularmente, tenho dúvidas sobre a forma de encaminhar. É porque nós temos divergências profundas com o relatório, de forma, de conteúdo. E eu, particularmente, faço críticas e autocríticas sobre o trabalho da CPI. Na autocrítica, eu considero que o meu maior erro foi não ter sido competente o bastante para convencer V.Exa., o Relator e toda a CPI de que o caminho da CPI poderia ter sido outro. Enfim, é uma disputa de competência e incompetência. Neste caso, eu fui incompetente. Mas eu considero que tem dois fundamentais na minha visão para estar de acordo ou não com o relatório final, que é a questão do controle de preços e a questão dos similares **versus** genéricos. Eu tenho dúvida ainda se nós deveríamos apresentar um voto em separado para constar dos anais da CPI ou não. Eu tenho dúvida ainda — confesso — se deveria apresentar voto em separado ou não pra constar dos anais da CPI. Por isso acho que a proposta do Deputado Arlindo talvez ajustasse os interesses, porque eu considero que, apresentando o voto em separado, a polêmica se aprofunda, sem dúvida alguma. O voto em separado traz as divergências ponto a ponto com o relatório. E eu trocaria tudo isso se tivéssemos condições de avançar nesses dois pontos da transformação dos similares em genéricos e do controle de preços, porque eu acho que seria o fundamental. Manteria as minhas críticas, manteria as minhas observações, manteria a minha autocrítica, mas acho que isso, na minha visão, entre aspas,

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

"salvaria a CPI", na minha avaliação. Então eu, na verdade, acho que o momento é até de nós refletirmos, e nós podemos fazer isso com ou sem a reunião continuar. A reunião pode continuar, nós podemos sair e ter uma posição. Agora, acho que talvez fosse melhor adotarmos de fato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é a proposta?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - A proposta é de suspendermos agora a sessão, retornarmos às 13h30, 14h, no máximo, e aí votaríamos com ou sem voto em separado, com aceitação ou não de proposta e aí iríamos pro processo definitivo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... até porque eu acho que a gente poderia ganhar um tempo não polemizando aqui agora e, se for o caso, polemizando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Deputado Magela, eu queria só prestar um esclarecimento. Eu não tenho a menor dúvida em também fazer reflexões sobre a condução da CPI. Mas olha, eu estou inteiramente à disposição de V.Exa. pra discutir a forma de condução, os resultados que se desejavam, porque eu não tenho a menor dúvida de que, examinando o quadro global, essa CPI produziu o que podia produzir nesse momento, mas isso é assunto talvez pra outros ambientes e outras tribunas, e eu estou à disposição. Agora, eu quero dizer a V.Exa. o seguinte: eu queria propor... eu acho razoável, perfeitamente razoável, eu e o Relator, e quero consultar o Relator, que nós suspendamos essa reunião e que o Relator incorpore aquilo que acha que deva incorporar e apresente um relatório, a parte conclusiva em definitivo.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu suspenso até a hora que V.Exa. quiser, porque nós não podemos votar o que não conhecemos.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Há três semanas nós conhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas Deputado...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O relatório tá distribuído. A mudança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Relator, deixa eu explicar, deixa eu me explicar.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu não entendo isso, eu não entendo isso.

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A Deputada Vanessa... Deixa eu explicar, a Deputada Vanessa levantou aqui — e no meu entender, nem sempre concordo —, mas com razoáveis argumentos, de que ela foi procurada e sugeriu a seus assessores uma série de modificações e ela não sabe se foram aceitas ou não e ela quer saber o texto. Então, eu acho... Esse texto das conclusões deve tá num computador, deve tá num computador. É fácil de fazer as modificações e tirar e trazer um texto. Eu acho que...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu permito, eu tô consultando V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Semana passada, eu viajei, liguei para a Deputada Vanessa, para o assessor da Deputada Vanessa, chamei-o para ir à minha casa. Ele marcou nove e meia da manhã, eu esperei a manhã toda, não foi nenhum assessor lá. Até hoje, eu não tive o prazer de receber nada da Deputada Vanessa. Ela está aqui presente. Então, se pede pra eu examinar o que não me foi entregue, como eu posso fazer, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, então...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Marquei, telefonei, recebia na minha casa, mas não foi entregue, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Se for agora, eu ainda acho que posso receber e posso, dentro do tempo razoável, examinar. Eu tô disposto a isso, se não tivéssemos... Agora, quando eu digo a V.Exa. que não entendo é que se pede por um processo esotérico que se examine o que não se entrega, aí eu não sei como fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Relator, eu quero ponderar que, tendo V.Exa. recebido ou não tendo recebido, o que importa seria o Relator com as... Eu vi V.Exa. aceitar uma série de sugestões aqui, determinar aos Relatores. Quer dizer, esse texto, nós temos que votar um texto final...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Tá aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Todas as alterações, não é Dr. Geraldo? Que nós conversamos até sexta-feira...

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas esse texto não engloba as minhas sugestões.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas porque V.Exa. é a única que está aqui, eu quis ler...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas não dá pra fazer o texto definitivo?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Nós temos que ler (*ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu tenho que aprovar, a Comissão tem que aprovar um texto. Eu, eu...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V. Exa. permite que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não é regimental isso? É impossível (*ininteligível*). Eu tenho que submeter um texto que vai ser aprovado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas tá aqui o texto que eu... Eu leio. V.Exa. antes de eu ler pediu que queria fazer uma observação. Eu posso ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu pergunto, Relator, qual é o problema? Será que eu tô equivocado? Qual é o problema que tem em V.Exa. determinar que às duas horas da tarde, quando reabrirmos, nós tenhamos o texto em definitivo, sobre o qual cada cópia em separado do...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu faço o que V.Exa. quiser, mas são medidas pra procrastinar, pra criar tumulto. Isso é claro. Nós temos que resolver isso agora. Agora, se é pra tumultuar, V.Exa. faça como quiser. (*Ininteligível.*) condições de lê-la, de dar conhecimento, de ler o relatório, de discutir, de suspender, de vir, dialogar, todas as condições, nós estamos às dez e meia, quer dizer, tem muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, então, eu quero dizer a V.Exa. que eu vou submeter o texto que às duas horas V.Exa. me apresentar em definitivo. Se não houver texto, eu não vou ter, tem que o texto em definitivo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - (*Ininteligível.*) ler tudo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O texto das conclusões, das conclusões.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Claro que é, o que V.Exa. quer é isso e tá tendo um bom apoio.

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu acho, Sr. Presidente, nós temos que dar algum trabalho pro Relator. Que ele leia tudo. (*Riso.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu penso que nós precisamos votar, se não, votar um texto conhecido com todas as...

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... mas esse texto sofreu uma série de modificações.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu acho que V.Exa. tem razão. Nós deveríamos marcar o retorno pras 14h, e às 14h, vermos em que situação tá o relatório, e votar ou não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Votar ou não, o que V.Exa. quer é isso. Tá bom. É isso que V.Exa. quer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, nós temos de ser bastante objetivos. Porque, se existe algo que não tá sendo apresentado ao Relator, ele não pode considerar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas ninguém, Deputado Linhares, ninguém tá propondo que se considere o que não foi colocado. Eu mesmo, eu mesmo interpelei, concitei a Deputada apresentar sugestões. Ela disse que entregou sugestões aos Relatores, que os Relatores absorveram. Se não foi entregue, não há o porquê, mas nós precisamos do texto em definitivo pra votar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Estou absolutamente de acordo com V.Exa que haja um texto pra ser...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Mas não foi, foi só o de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou suspender a reunião, abro e peço ao senhor Relator que às duas horas apresente as conclusões. Tá, obrigado. Tá encerrada a reunião.